

## FICHA TÉCNICA

facebook.com/manuscritoeditora

© 2019

Direitos reservados para Letras & Diálogos

Uma empresa Editorial Presença

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

Título original: *D. Beatriz de Portugal, a Infanta Esquecida (1504-1538)*

Autora: *Ana Isabel Buescu*

Copyright © Ana Isabel Buescu 2019

Copyright © Letras & Diálogos, Lisboa, 2019

Revisão: *Vanessa Domingos / Editorial Presença*

Imagem da capa: *Beatriz de Portugal* — Kunsthistorisches Museum, Viena,  
galeria de retratos-miniatura, n.º 154 © KHM Wien, DR

Capa: *Vera Espinha / Editorial Presença*

Paginação, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN 978-989-8871-73-2

Depósito legal n.º 448 915 / 18

1.ª edição, Lisboa, Janeiro, 2019

A autora escreve segundo a antiga ortografia.

A autora pertence ao CHAM e Departamento de História, FCSH,  
Universidade Nova de Lisboa.

# ÍNDICE

Prefácio .....	9
Introdução .....	21

## I

### Beatriz, infanta de Portugal

1. 31 de Dezembro de 1504: nasce uma infanta .....	29
2. D. Manuel, um rei em glória .....	35
3. Do paço da Alcáçova para a Ribeira .....	38
4. Cerimónias de baptismo .....	41
5. Um nome: Beatriz .....	44
6. Criação de uma infanta .....	45
7. Os irmãos de Beatriz .....	48
8. Brincadeiras e aprendizagens .....	50
9. Ler e escrever .....	52
10. Saberes: corte, devoções e cultura .....	52
11. A mãe, a rainha D. Maria .....	55
12. No paço da Ribeira. O império e o exótico .....	56
13. Um (im)possível retrato de Beatriz .....	60

## II

### Um compromisso matrimonial

1. O «mercado dos casamentos» como estratégia política .....	64
2. Uma proposta de aliança matrimonial: Carlos II, duque de Sabóia .....	66
3. A embaixada saboiana a Portugal em 1516 .....	69

4. A voz da rainha D. Maria .....	71
5. A vontade das infantas .....	74
6. Março de 1517: morte da rainha D. Maria .....	75
7. A casa das infantas .....	76
8. Évora, 1520: um contrato selado .....	78
9. Lisboa, 1521: esponsais de D. Beatriz com o duque Carlos II de Sabóia .....	84
10. O dote de uma infanta: fausto e quotidiano .....	86

### III

#### Beatriz, duquesa de Sabóia

1. A partida para Sabóia: preparativos e festejos .....	113
2. «Lágrimas, e soluços, e grandíssima saudade» .....	125
3. A viagem de Lisboa a Nice .....	128
4. Chegada a Nice .....	131
5. Boda religiosa e festejos .....	134
6. Dezembro de 1521: morte de D. Manuel .....	139
7. Laços: D. Beatriz e a corte portuguesa .....	140
8. D. Beatriz, uma duquesa no coração da Europa .....	146
9. 8 de Janeiro de 1538: uma morte prematura .....	200
10. Emanuel Filiberto, duque de Sabóia .....	208
11. O duque de Sabóia e a crise sucessória em Portugal .....	212
NOTAS .....	216
GENEALOGIAS .....	244
FONTES E ESTUDOS .....	250
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	266

# I

## BEATRIZ, INFANTA DE PORTUGAL

### 1. 31 de Dezembro de 1504: nasce uma infanta

Numa quarta-feira, no último dia do ano de 1504, nasceu nos velhos paços da Alcáçova, em Lisboa, o terceiro filho do rei D. Manuel e da sua segunda mulher, D. Maria, filha dos *Reis Católicos*. O ambiente então vivido seria em tudo semelhante aos partos anteriores da jovem rainha, que havia já dado à luz, em 1502, o seu filho primogénito, João, e no ano seguinte Isabel, e aos muitos que haviam de seguir-se até 1516, quando nasceu o seu último filho.

Perante a iminência do nascimento, reinavam a ansiedade e a expectativa, cruzando sentimentos vários e múltiplos afazeres: o temor pelo aproximar de um momento de perigo e de incerteza que naqueles tempos tantas vezes trazia a morte quer da mãe quer do filho, facto que levava com frequência, sobretudo nas classes mais altas, a que a parturiente fizesse testamento. Mas também o juízo dos físicos, a consulta de sinais e dos astros, as orações, as relíquias, procissões e romarias a locais de devoção, suplicando a santos protectores um nascimento feliz.

Numa sociedade como a de então, também a maternidade, esse momento em que para a mulher vida e morte com tanta frequência se cruzavam, se encontrava estreitamente ligada a práticas religiosas e de carácter devocional. As orações e a invocação da Virgem Maria tinham naturalmente lugar destacado. Era a ela, antes e depois do nascimento, que se elevavam as preces das mulheres que haviam sido mães — como sucedeu durante séculos, com fervor e devoção, com a antiga e venerada imagem de Nossa Senhora de la Antigua (igreja de Badajoz).

Além da Virgem Maria, maior intercessora, na invocação dos santos destacavam-se Santa Ana, mãe da Virgem, Santa Isabel<sup>1</sup>, Santa Mónica,

Santa Margarida de Antioquia — a Santa Marinha cultuada na Península Ibérica desde o século IX<sup>2</sup> —, num outro plano S. António, Santo Erasmo, S. Leonardo<sup>3</sup>. Ainda em 1638, Ana de Áustria, rainha de França, grávida do futuro Luís XIV, pedia à cidade de Saint Léonard-de-Noblat uma relíquia do santo para ter um parto feliz<sup>4</sup>. Em Portugal, particular fervor no momento do parto tinha uma outra figura: a do beato Nuno Álvares Pereira<sup>5</sup>. Muitos mosteiros e conventos possuíam relíquias ligadas à concepção e à maternidade, procuradas por mulheres de todas as classes sociais<sup>6</sup>. E em Coimbra, além de tantos outros objectos que lhe haviam pertencido, o colar da Rainha Santa Isabel era venerado com especial devoção por grávidas e parturientes<sup>7</sup>.

O empréstimo de relíquias no momento do parto podia ser um sinal de distinção e de amizade, evidenciando também como a circulação de objectos piedosos deste tipo integrava a sociabilidade feminina. Quando Quirce de Toledo, que acompanhava e assistia os partos de Isabel de Portugal, mulher de Carlos V, ficou grávida, no momento do parto várias damas da corte fizeram questão de lhe emprestar as suas relíquias, entre as quais a própria imperatriz<sup>8</sup>.

Particular devoção existia em Lisboa na igreja do convento de S. Vicente de Fora, onde existia uma imagem de Santa Margarida cuja cabeça se acreditava aliviar as dores e o trabalho de parto ou ainda, na freguesia de S. Mamede, na ermida de S. Crispim, uma imagem de Nossa Senhora do Parto, alvo de grande devoção e romagem das mulheres grávidas da cidade<sup>9</sup>. Em muitos santuários espalhados um pouco por todo o reino era ainda oferecida à devoção das mulheres que amamentavam uma relíquia singular: leite ou gotas do leite da Virgem Maria, em rigor um pouco de terra branca em que se acreditava a Virgem ter deixado cair algumas gotas do seu leite, antes da fuga para o Egipto<sup>10</sup>. No extenso rol de mais de quatrocentas relíquias da Casa de Bragança, havia também a menção a «outro papel em que está leite de N. Senhora em pó, o qual deu [...] o marquês de Valença»<sup>11</sup>, evidenciando como a posse privada de relíquias era um sinal poderoso de distinção, e uma marca da sociabilidade religiosa entre as elites. Mais tarde, no mosteiro dos Jerónimos, em vários dos seus altares, existiam imagens em terracota de acordo «com um programa comemorativo da fertilidade e saúde dos partos régios»<sup>12</sup>.

De grande devoção para as mulheres grávidas, já que Maria constituía o arquétipo do nascimento no mundo cristão, eram também as Senhoras do Ó, ou da Expectação, presentes em tela ou escultura em muitas igrejas,

numa representação iconográfica inspirada em textos evangélicos, através da qual pintores e escultores procuraram tornar mais concreto e visível o mistério da Encarnação. Instituída no Concílio de Toledo no século ix, a festa da Senhora do Ó ganhou em todo o Ocidente grande impulso a partir do século xiv, em particular na Península Ibérica, antes de ser interdita pelo Concílio de Trento (1545-1563), no quadro da revisão a que foi sujeita toda a iconografia religiosa<sup>13</sup>.

Largamente difundidas eram ainda outro tipo de práticas não exclusivas de qualquer grupo social mas também presentes nos meios da aristocracia e da realeza, como o uso de objectos e de amuletos de vária natureza que se acreditava poderem ajudar naquele momento tão temido e incerto, o *agnus dei*<sup>14</sup> — que entre outros atributos tinha o de propiciar uma boa hora às grávidas — e outras formas de protecção que podiam revestir várias formas e modalidades, e tinham um lugar particular durante a gravidez, no momento do parto e no puerpério.

Muito utilizada era a «pedra-de-águia»<sup>15</sup>, mineral que, segundo crença da época, irradiava calor e era usado pelas águias para aquecer os ninhos e se colocava no braço ou nas coxas das parturientes, como sucedeu por exemplo com Ana Bolena, que usou essa pedra, oferecida por Henrique VIII, no seu parto<sup>16</sup>, ou com a jovem D. Maria, filha de D. João III e de D. Catarina, quando em 1545 deu à luz o infante D. Carlos<sup>17</sup>, eloquente exemplo de como era ainda viva na época a noção de que certas substâncias minerais, pedras e metais raros transmitiam, também por contacto, qualidades que lhes eram atribuídas<sup>18</sup>. Uma «pedra-de-águia» guarnecida de prata surge no inventário dos bens móveis de Filipe II, com um registo que assinala ser «boa para partos». Podemos acrescentar que não era caso único na verdadeira «parafernália» de pedras, objectos, artefactos e amuletos presentes nas recâmaras dos reis destinados às mais díspares finalidades.

As pedras preciosas como esmeraldas, safiras ou topázios eram usadas, em primeiro lugar, como jóias; mas — facto por vezes pouco conhecido — acreditava-se que estas e outras pedras e substâncias minerais, como o jaspé ou o lápis-lazúli, cristais como o peridoto<sup>19</sup> e a calcedónia<sup>20</sup>, possuíam também propriedades medicinais, fazendo parte da farmacopeia desde a Idade Média<sup>21</sup>. Havia ainda outros objectos raros que se acreditava terem propriedades mágicas ou profilácticas e que existiam em abundância nas recâmaras régias. A rainha D. Catarina, mulher de D. João III, possuía nas suas colecções alguns objectos e materiais usados para a concepção e o parto, como duas línguas de escorpião, como se descrevem, mas que eram

na verdade dentes de tubarão fossilizados, uma cabeça de cobra coberta de ouro, ambos usados como antídoto para veneno, talvez também como amuleto e com finalidades medicinais, duas pedras de jaspe em forma de coração para estancar o sangue; um ramo de coral para afastar o mau-olhado; uma raiz de peónia coberta de ouro e esmaltada, com funções de amuleto profiláctico; um corno de «unicórnio»<sup>22</sup>, animal que povoou o imaginário medieval e cujo corno, reduzido a pó, se considerava ser um poderoso antídoto para venenos; jarras de ágata e de jaspe para fins medicinais e afrodisíacos<sup>23</sup>.

Numa época em que a natureza e o homem participavam ainda de uma tão profundamente enraizada «tradição mágica», em que a correspondência entre os astros celestes e os humores e fluxos dos corpos fazia parte do saber e da arte de físicos e de médicos e em que o corpo humano era, afinal, o reflexo de uma ordem mais ampla, a ordem cósmica, o poder oculto de pedras preciosas e minerais, objectos e artefactos influía de forma poderosa no mundo das crenças e das práticas, e portanto também nesse momento único que era o nascimento, numa singular articulação entre o sagrado e o profano.

Durante a gestação, a futura mãe era rodeada de todos os cuidados, sendo protegida de tudo o que pudesse perturbar a gravidez, desde notícias infaustas, como sucedeu aquando deste nascimento, em que D. Manuel ocultou à rainha a morte da mãe, Isabel, *a Católica*, ocorrida no final de Novembro, até à alimentação. Desde a Idade Média, os tratados médicos davam grande importância à alimentação da mulher grávida, que devia evitar alimentos salgados ou amargos, as especiarias e algumas carnes, dando-se preferência às carnes brancas. As refeições pesadas eram desaconselhadas, bem como o consumo de vinho<sup>24</sup>. Circulação e uso intensos tinham também receituários transmitidos através da tradição oral, de geração em geração, por vezes circulando sob a forma escrita sobretudo entre as elites, em que, num largo espectro de unguentos, receitas e mezinhas, tinham lugar de destaque a gravidez, o parto, o puerpério e outras questões relacionadas com a maternidade, na época a principal função social da mulher<sup>25</sup>.

Agora, aproximando-se o momento do parto, aceleravam-se os preparativos práticos, as águas e os panos, a presença de damas e aias, de comadres e parteiras que haviam de ajudar a criança a vir ao mundo, a ansiedade de saber se era rapaz ou rapariga, que, apesar das previsões das mais experientes matronas ou dos médicos, só o momento do parto desvelava.

Na época o parto era, sobretudo, um assunto de mulheres. A iconografia é aqui, como em tantos outros casos, um auxiliar precioso para entrever situações do quotidiano coevo. Assim, entre muitas outras pinturas que representam o nascimento da Virgem, a tela quinhentista *A Natividade da Virgem*, de Noël Bellemare († 1546)<sup>26</sup>, mostra as condições materiais de um nascimento, aqui numa família abastada, acontecimento que mobiliza sobretudo as mulheres que se movimentam no aposento em que decorrera o parto: além da parturiente, vizinhas, parentes, matronas, criadas, a ama-de-leite já com o recém-nascido ao colo, uma mulher entrando no aposento transportando um pequeno berço...

E se os médicos, em particular nos meios socialmente mais elevados, como era o caso do nascimento do terceiro filho dos reis de Portugal, estavam presentes, era então um facto excepcional procederem a qualquer «exploração ginecológica», que cabia às comadres e parteiras<sup>27</sup>. Quando a imperatriz Isabel deu à luz o seu quinto filho, nado-morto, depois de um difícil trabalho de parto, aos pedidos da própria comadre para que o médico interviesse, foi a própria imperatriz, por pudor, a opor-se a essa presença activa do médico<sup>28</sup>.

É seguro afirmar que, como sempre sucedia desde a Idade Média nas casas reais, na câmara em que a rainha D. Maria dava à luz e ainda nas câmaras contíguas, estavam presentes membros da família real, decerto o próprio D. Manuel, a sua mãe, D. Beatriz, a rainha D. Leonor, irmã do rei, e altos dignitários da corte, num momento que articulava, de forma bem diferente da de hoje, o público e o privado.

A questão do sexo da criança era sempre de grande importância, e não nos iludamos: na Europa do tempo, como fora antes e como seria depois, e fosse qual fosse a condição social e as razões de diversa natureza que sustentassem esse desejo, o que se aguardava com maior ansiedade — podemos dizer que quase sem excepção — era a chegada de um filho varão. Aquilo que o franciscano Francisco de Eiximenis († 1409) dizia, no já distante século XIV, sobre o nascimento de um filho era, nem que fosse metaforicamente, idêntico ao que se passava no século XVI perante a iminência do nascimento: «quando nasce uma fêmea toda a casa está triste e chora»<sup>29</sup>. Depois do nascimento, não seria assim; mas sem dúvida que a chegada de um rapaz era recebida com maior júbilo e contentamento. A própria medicina de matriz galénica reconhecia essa predilecção, preceituando inclusive conselhos para mais facilmente a mulher conceber um filho varão<sup>30</sup>.



Como se compreende, no caso dos soberanos essa expectativa, ao comportar também uma dimensão dinástica e política, era mais acentuada ainda, tornando-se, em casos-limite, numa «questão de Estado». Em 1498, nas vésperas do nascimento do primeiro filho de Filipe, duque da Borgonha, filho de Maximiliano I († 1519), e de Joana de Castela, filha dos *Reis Católicos*, o imperador, na expectativa do nascimento de um rapaz, deslocou-se para Bruxelas; mas ao saber que nascera uma rapariga, deixou de imediato os Países Baixos<sup>31</sup>. Mais tarde, quando em 1533 a rainha Ana Bolena deu à luz uma filha, Isabel, a desilusão de Henrique VIII († 1547) foi tal que não assistiu sequer ao baptizado da criança, nem nunca se quis retratar com ela, ao contrário do que sucedeu com o seu varão Eduardo (1537-1553), filho de Jane Seymour<sup>32</sup>. E, não esqueçamos, na base do repúdio e divórcio de Henrique VIII da sua primeira mulher, Catarina de Aragão, esteve, afinal, a incapacidade da rainha, depois de sucessivos abortos e do nascimento de uma filha, Maria, de lhe dar o ardentemente desejado filho varão.

O nascimento de uma criança saudável provocava o natural contentamento dos pais e da corte, ocorrendo então muitas vezes arraiais, justas, danças e folias, e celebrações de carácter religioso, através da celebração de *Te Deums* nas igrejas, e o rei informava por carta as principais cidades do reino do feliz acontecimento. Naquela quarta-feira, dia 31 de Dezembro de 1504, D. Maria deu à luz uma rapariga, que assim se juntava aos irmãos João, o primogénito dos monarcas e futuro rei de Portugal, e Isabel, que havia de ser rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha.

Embora aparentemente a gravidez da jovem D. Maria tivesse decorrido sem história, e a rainha fosse robusta, o rei ordenara, como vimos, que, naquela delicada fase em que o parto se aproximava, se ocultasse à rainha a nova da morte da sua mãe, ocorrida cerca de um mês antes, em 26 de Novembro, em Medina del Campo, pela comoção e dor que a notícia provocaria em D. Maria. A rainha Isabel morrera amargurada com o problema da sua sucessão<sup>33</sup>, mas confortada com os sacramentos e acompanhada do seu companheiro de uma vida, o rei Fernando de Aragão († 1516), mas não dos seus filhos, mortos uns — Isabel e João —, ou ausentes — Maria, Joana e Catarina<sup>34</sup>.

Só depois a corte de D. Manuel observou o rigoroso luto que a situação impunha, contrastando com o momento feliz que era, sempre, o do nascimento saudável de mais um filho, consolidando a dinastia.